



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 11/2017

OBJETO

Auditoria ordinária de conformidade nos controles exercidos pelo Almoxarifado

ÁREA AUDITADA

**Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON
Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos**

**Raquel Ferreira Drummond de Aguiar
Controladora Geral do Município**

**Solange Cardoso Malta Nogueira
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria**

**José Luiz Modolo
Gerente de Auditoria**

**Wando Belffi da Costa
Assessor de Controle Interno**

Vitória (ES), 15 de setembro de 2017.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA Nº 10/2017

I – INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Vitória – CGM, de acordo com suas atribuições institucionais (Leis Municipais nº 6.529/2005 e 8.530/2013; Decretos Municipais nº 15.881/2014, 16.561/2015 e 17.009/2017, Portaria CGM nº 02/2017 que estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o exercício de 2017 e Autorização de Serviço de Auditoria – ASA nº 01/2017, realizou a auditoria ordinária de conformidade nos controles exercidos pelo Almoxarifado do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos - SEMCID, conforme a orientação do Anexo II - Tabelas 6 e 7 das Instruções Normativas números 34/2015 e 40/2016, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

II – OBJETIVO

Os exames de auditoria visam:

- Aferir a eficiência dos controles internos, compreendendo entradas, saídas e estocagem de materiais;
- Analisar a segurança, a conservação, as condições físicas, o consumo de bens e as instalações físicas do almoxarifado.

III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM

Abrangência:

Atividades desenvolvidas nos almoxarifados das Secretarias Municipais nos exercícios de 2016 e 2017.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

Amostragem:

Extraíu-se no dia 22/05/2017 do sistema SMARma o relatório de título "posição Atual do Estoque - MAR03302", de cada Unidade Gestora que resultou em 20 Unidades Gestoras que possuíam saldos, demonstrado na Tabela 1.

Tabela 01 – Relação de Unidades Gestoras.

Unidade Gestora	Quantidade total de itens	Valor total dos itens
SEMUS	13.957.904,00	8.545.641,93
SEME	853.120,96	2.930.987,29
PROCON	624,00	778.287,68
SEMFA	11.891,00	604.944,56
SEMSU	15.064,00	453.714,32
SEMMAM	14.232,00	410.940,26
SEMA	164.745,00	202.019,97
SEMAS	24.955,00	131.705,66
FUNDO SOCIAL	11.648,00	86.934,42
FUNDOAMBI	5,00	24.278,00
SEMOHAB	5.765,00	21.805,48
SEMCID	4.780,00	19.087,08
SEDEC	2.534,00	13.984,33
SETRAN	15.846,00	11.349,95
PGM	7.121,00	7.176,20
SEMC	1.114,00	5.332,52
SEMESP	2.372,00	3.718,34
FUNDOSOCIAL/PAT	3,00	2.218,00
SEMTTRE	2,00	1.530,00
SEGOV	1,00	190,00
Total	15.093.726,96	14.255.846,01

Fonte: Relatório Posição Atual do Estoque - MAR03302, de 22/05/2017 e Papel de Trabalho de Auditoria – PT 3 – CGM/GA.

Neste universo aplicou-se o método ABC para seleção da amostra, que será objeto de teste de auditoria, resultando na tabela 2. A amostra selecionada representa 70% do valor em estoque das Unidades Gestoras.

Tabela 2 – Frequência Unidade Gestora.

Unidade Gestora	Frequência ¹	Valor total
SEMUS	89	5.641.378,68
SEME	29	2.307.993,64
PROCON	3	755.441,20

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

Unidade Gestora	Frequência ¹	Valor total
SEMFA	7	475.454,00
SEMMAM	4	378.697,00
SEMSU	5	356.031,35
SEMAS	2	70.050,26
SEMAD	2	47.994,70
Total	141	10.033.040,83

Fonte: Papel de Trabalho de Auditoria – PT 3 – CGM/GA

Nota: 1 – Frequência é a quantidade de vezes que o item da Unidade Gestora repetiu-se na Amostra.

IV – METODOLOGIA E TÉCNICA

Entrevista, análise documental, exame dos registros, inspeção física conferência de cálculos e correlação das informações obtidas.

V - PERÍODO DE EXECUÇÃO

De 24 de maio a 15 de setembro de 2017, compreendendo: levantamentos preliminares, trabalho de campo e relatório;

VI – BASE LEGAL

Vide ANEXO I.

VII – DESENVOLVIMENTO

Breve histórico

A gestão de almoxarifado dos órgãos municipais, com exceção da Secretaria de Saúde e Educação, até o exercício de 2015 era de competência da Secretaria de



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

Administração – SEMAD, por intermédio da Coordenação de Almoxarifado. Após a promulgação da Lei municipal nº 8.893/2015, que dentre outros assuntos, trata da desconcentração patrimonial, atribuindo a cada órgão da Administração Direta a responsabilidade pela aquisição, guarda, distribuição e controle do material permanente e de consumo.

O Almoxarifado é uma unidade administrativa que tem por finalidade suprir de material, na quantidade certa, no momento certo e na qualidade certa, pelo menor custo possível, todas as demais unidades dos órgãos ou entidade para que possam cumprir sua missão (APOSTILA Gestão Patrimonial e Almoxarifado – TCEES 2009).

O PROCON integra a estrutura administrativa da SEMCID e está localizado na Avenida Maruípe, 2544 – Itararé – Vitória. De acordo com o relatório de posição atual de estoque, extraído do sistema SMARma em 19/05/2017, o quantitativo de itens de materiais em estoque apresentava 624 (seiscentos e vinte e quatro) unidades, representando um montante de R\$ 778.287,68 (setecentos e setenta e oito mil , duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

DOS TESTES APLICADOS

Aplicou-se teste de auditoria ordinária de conformidade nos controles exercidos pelo Almoxarifado nas secretarias mencionado no item III deste relatório, sendo que o presente relatório abordará o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON.

1 AUSÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E INVENTÁRIO DOS BENS POR OCASIÃO DE SUBSTITUIÇÃO/TRANSFERÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO

Não se localizou nos arquivos do almoxarifado do PROCON elementos que comprovem a existência de Termo de Transferência de Responsabilidade e



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

Inventário dos Bens por ocasião de substituição/transferência do responsável pelo almoxarifado. A inobservância deste procedimento contraria o artigo 19, do Decreto Municipal 13.160/2007 e a Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque, aprovada em 08/10/2012, que estabelece no item 7.20 “por ocasião de substituição do responsável pelo almoxarifado deverá ser preenchido o formulário (For969 - Termo de Transferência de Responsabilidade) em 2 (duas) vias.”.

O responsável pelo almoxarifado informou que não foi orientado sobre a necessidade de preenchimento do termo de responsabilidade.

Recomendações:

A legislação municipal e as normas vigentes determinam que na substituição do responsável pelo almoxarifado, se realize o termo de transferência de responsabilidade. Desta forma, recomenda-se que sejam observados os normativos legais, especialmente na substituição de responsável, pois esta ação agrega segurança aos controles de bens em estoque e reduz o risco de se assumir inconsistência decorrente da gestão anterior. Corrobora-se a este entendimento a Orientação Técnica 001/2016 – CGM.

2 DIVERGÊNCIA NA APURAÇÃO DE SALDO ENTRE O BALANCETE, INVENTÁRIO E BALANÇO ANUAL, NO EXERCÍCIO DE 2016.

Consultou-se o sistema SMARma e SMARcp, extraíndo-se relatórios para a conferência dos saldos entre o inventário físico e a contabilidade, onde não se evidenciou divergências no saldo final. Em consulta ao Controle Informatizado de Dados do ES – CIDADES, plataforma do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, responsável pelo recebimento de dados de prestação de contas, dos órgãos sobre sua jurisdição, identificou-se que o saldo do Inventário Anual, apresenta divergência dos demais relatórios, conforme demonstra tabela 3.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

Tabela 3 - Conferência de saldos – 2016

Almoxarifado	Balancete Anual SMARma (MAR01100)	Balancete Contábil SMARcp (CCR31400)	Inventário Anual TCE (extraído do TCE)	Balanco Patrimonial TCE (extraído do TCE)
Material de Consumo		19.500,00	263.100,00	
Gêneros alimentícios			3.954,00	
Materiais de Expediente			8.731,50	
Saldo de Estoque	19.500,00	19.500,00	275.785,50	19.500,00

Fonte: Relatórios SMARma e SMARcp, CIDADES-TCEES.

Salienta-se que no Balanço Patrimonial, a conta contábil consultada foi a de estoques, no grupo do ativo circulante.

O fato foi apresentado à SEMFA/SUB-CONT, que alegou ter ciência e está trabalhando para sanar a situação.

Recomendação:

Promover análise no sentido de regularizar as divergências.

3 ATUALIZAR NORMAS DO ALMOXARIFADO

Os procedimentos de controle do almoxarifado da PMV são orientados pela Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque, aprovada em 08/10/2012, enquanto o Decreto Municipal nº 13.160/2007 dispõe sobre a administração e controle dos bens patrimoniais e dá outras providências.

Em 22/12/2015 foi publicada a Lei Municipal nº 8.893/2015 que em consonância com as Leis Municipais números 5.983/2003 e 6.529/2005, dispõe sobre as desconcentrações administrativas, com alterações significativas na estrutura administrativa da PMV, em especial na gestão de bens de consumo e patrimoniais móveis e imóveis.

No exercício de 2017, iniciou-se a regulamentação Lei Municipal nº 8.893/2015, que altera os procedimentos legais e formais exercidos pelas Unidades Gestoras da

Administração Municipal, causando desatualização da Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque e no Decreto Municipal nº 13.160/2007.

Recomendações:

Integrar grupo de trabalho com a participação de outras Unidades Gestoras para que se proceda de acordo com a legislação vigente a atualização da Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque e do Decreto Municipal nº 13.160/2007.

VIII – CONCLUSÃO

O resultado desta auditoria, diante dos pontos elencados, demonstra uma evolução nos procedimentos do almoxarifado após a Auditoria Ordinária nº 06/2010, porém, destaca-se que há pontos que ainda pode evoluir nos procedimentos de controle do almoxarifado.

O PROCON deve observar os procedimentos necessários na substituição de responsável e deve-se atualizar a norma do almoxarifado para que ela possa atender as necessidades atuais da Secretaria.

É oportuno frisar que a correção das eventuais inconsistências apontadas neste Relatório não deve se restringir às situações nele mencionadas, visto que foram identificadas mediante exame por amostragem, não se podendo descartar, portanto, a possibilidade de ocorrência de outras situações não detectadas.

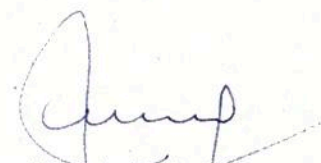
Verificou-se que dada as particularidade de cada almoxarifado, o PROCON mantém o almoxarifado organizado e busca a utilização eficiente no desempenho de suas funções.



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria


O trabalho completo desta auditoria encontra-se arquivado na CGM, em pasta própria, contendo todos os dados utilizados na produção deste Relatório.

Vitória (ES), 15 de setembro de 2017.


José Luiz Modolo
Gerente de Auditoria


Wando Belfi da Costa
Assessor de Controle Interno

Aprovado em 02 / 10 / 17


Solange Cardoso Malta Nogueira
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria


Raquel Ferreira Drummond de Aguiar
Controladora Geral do Município



Prefeitura de Vitória
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município
Gerência de Auditoria

ANEXO I - BASE LEGAL

1) LEGISLAÇÃO FEDERAL

- a) Lei Federal 8.666/93 – de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei Federal 4.320/64 – de 17 de março de 1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) Lei Complementar nº 101/2000 – de 04 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- d) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016.

2) LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- a) Resolução TCEES nº 261/2013 - de 04 de junho de 2013;
- b) Instrução Normativa TCEES nº 034 – de 02 de junho de 2015 e suas alterações;
- c) Norma Técnica CBMES nº 12/2009 – Aprovada pela Portaria nº 166-R, de 29 de outubro de 2009.

3) LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- a) Lei Orgânica do Município do Município de Vitória;
- b) Lei nº 5.983, de 01/10/2003 - Dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- c) Lei nº 6.529, de 29/12/2005 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da PMVitória;
- d) Lei nº 8.893, de 02/12/2015 – Altera o art. 10 da Lei nº 6.529, de 29 de dezembro de 2005, e dá outras providências;
- e) Decreto nº 11.827, de 23/12/2003 – Regulamenta a Lei 5.983/2003 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- f) Decreto nº 15.489, de 11/09/2012 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das unidades administrativas da Secretaria de Saúde;
- g) Decreto nº 17.001, de 05/04/2017 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Administração;
- h) Decreto nº 17.003 de 05/04/2017 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Fazenda;
- i) Decreto nº 17.015 de 02/05/2017 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Educação e dá outras providências;
- j) Manual de Procedimentos para Manuseio de Processos Administrativos – Aprovado pela Comunicação Interna SEMAD/GAB nº 242/2014, conforme artigo 2º da Portaria nº 146/2007.
- k) Manual de Despesa – Atualizado conforme Anexo B da Resolução TCEES nº 282/2014, Portaria STN nº 448/2002 e Decreto Municipal nº 13.160/2007;
- l) Norma de Procedimento SCL-NP 03 Controle de Estoque – de 08 de outubro de 2012.